

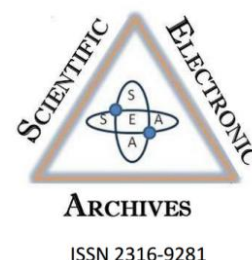
Scientific Electronic Archives

Issue ID: Sci. Elec. Arch. Vol. 16 (2)

February 2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.36560/16220231735>

Article link: <https://sea.ufr.edu.br/SEA/article/view/1735>



Análise da economia solidária a luz dos custos de transação: estudo de caso no SISCOS – Sistema de Comercialização Solidária no Portal da Amazônia no norte do MT

Analysis of the solidarity economy in the light of transaction costs: a case study in SISCOS – Solidary Trading System in the Amazon Portal in the north of MT

Author for correspondence

Cicero Rogerio Henrique Laluce

Universidade do Estado do Mato Grosso

rogeriolalucci@unemat.br

Alessandro Porporatti Arbage

Universidade Federal de Santa Maria

Jeferson Sampaio da Silva

Instituto Ouro Verde

Resumo. Os processos de desenvolvimento assim como os postulados levados em consideração para estabelecer os objetivos de crescimento das nações tem via de regra considerado a ideia de progresso atrelada ao crescimento econômico, e esse como motor capaz de resolver todos os demais problemas tanto dos países desenvolvidos como dos países ditos em desenvolvimento. No entanto com a constatação do seu fracasso, passam a surgir outras teorias que buscam contemplar outras dimensões no processo de desenvolvimento, algumas delas estabelecendo o local como “locus” ideal para a construção de sinergias mais apropriadas para o desenvolvimento ou para construção de alternativas ao desenvolvimento. Nesse trabalho é analisado a economia solidária a luz dos custos de transação como uma das formas de se estabelecer essas sinergias, estudando agricultores familiares em processo de transição para sistemas de produção sustentáveis no portal da Amazônia no Norte do Mato Grosso. Foi possível verificar que a economia solidária permite diminuir os custos de transação e aponta a possibilidade de novas formas de comercialização e produção sustentável como alternativa viável para a construção de modelos alternativos de desenvolvimento com base local.

Palavras-chaves: Economia Solidária, Custos de Transação, Desenvolvimento Local, Agricultura Familiar.

Abstract. The development processes as well as the postulates taken into consideration for setting the growth goals of nations have generally considered the idea of progress linked to economic growth, and as the engine capable of solving all other problems of both developed and developing countries. so-called developing countries. However, with the realization of its failure, other theories are emerging that seek to contemplate other dimensions in the development process, establishing the place as an ideal locus for the construction of more appropriate synergies for development or for the construction of alternatives to development. This work analyzes the solidarity economy in the light of transaction costs as one of the ways to establish these synergies, studying family farmers in transition to sustainable production systems in the Amazon portal in northern Mato Grosso. It was possible to verify that the solidarity economy allows to reduce transaction costs and points to the possibility of new forms of commercialization and sustainable production as a viable alternative for the construction of alternative models of local based development.

Keywords: Solidarity Economy, Transaction Costs, Local Development, Family Farming.

Contextualização e análise

Os estudos sobre os processos de desenvolvimento até bem pouco tempo consideravam apenas o progresso, entendido como crescimento econômico como fundamental para

fazer avançar os países desenvolvidos, mas principalmente os considerados em desenvolvimento, estabelecendo um mito de que com esse processo se resolveriam todos os demais problemas dessas nações.

Essa visão, no entanto, não levou em consideração outros aspectos importantes como os limites dos recursos naturais para o próprio crescimento econômico e as diversas externalidades negativas do processo de exploração desses recursos, tanto no âmbito ambiental como social. O questionamento dessas questões fez surgir nas últimas décadas novos postulados que buscavam incorporar as discussões do desenvolvimento questões que ampliassem as suas possibilidades de sustentabilidade. Uma dessas vertentes é a noção de desenvolvimento com base local que busca estabelecer formas de valorização dos atributos ambientais, culturais, sociais e econômicos criando dinâmicas específicas a nível local que permitam fazer avançar as sociedades humanas diante das tendências globalizantes do sistema econômico mundial.

Nesse trabalho analisa-se um caso de economia solidária como uma ferramenta que possibilita articular algumas dessas dimensões no contexto específico da disputa de território travada pelo avanço do agronegócio, mais especificamente o cultivo da soja, e a agricultura familiar composta por agricultores em processo de transição para sistemas de produção sustentável no portal da Amazônia no Norte do Mato Grosso.

O trabalho tem como objetivo verificar se o processo de economia solidária permite diminuir os custos de transação, contribuindo para ampliar as possibilidades de sucesso nesse tipo de empreendimento social e fornecer subsídios para que os envolvidos no processo possam aprimorar o sistema.

O trabalho foi realizado com base em entrevistas estruturadas usando-se a escala de Likert com cálculo do Ranking Médio das respostas para captar as percepções de produtores e consumidores sobre elementos que permitissem extrapolar as interpretações a luz dos custos de transação.

A realização do trabalho nos permitiu considerar que alguns fatores presentes no SISCOS – sistema de comercialização solidária, contribuem não só para amenizar os custos de transação, mas sinalizam a possibilidade de um modo diferente de mercado pautado na confiança, na reciprocidade e no comprometimento das partes com elementos mais altruístas e menos de interesse pessoal, demonstrando que é possível investir nas potencialidades locais, assim como em sistemas de produção sustentáveis para construir formas alternativas ou alternativas ao desenvolvimento centrado no crescimento econômico e em formas hegemônicas de produção para fazer avançar as sociedades humanas.

Os estudos sobre o processo de desenvolvimento em grande parte das nações desenvolvidas demonstram claramente o viés econômico como foco principal das suas análises. Isso se deve ao fato de o crescimento econômico é sempre o objetivo a ser alçado. Com certeza um

marco desse processo foi a revolução industrial, impulsionada de forma significativa pelo advento da ciência.

Estudos como de Rostow (1961) passaram a descrever os processos ou fases do desenvolvimento econômico que seria então almejado por outras nações menos desenvolvidas; o ponto de partida seria as “sociedades tradicionais”, onde as atividades produtivas são predominantemente agrícolas com baixa tecnologia, baixa produção, baixa renda per capita, passando pelas fases de “pré-requisitos para o arranco”, onde começam os aumentos da renda per capita, a qualificação da mão de obra, o aumento da produtividade agrícola, aumento da industrialização, aumento do consumo de itens de necessidade básica e aumento no investimento de infraestrutura, até chegar a terceira fase denominada de “arranco”. Nessa fase surgiriam novos segmentos industriais (bens de consumo duráveis) e uma estrutura política social e institucional favorável ao crescimento mais sustentável, passando para quarta fase do “crescimento autossustentável”, até chegar ao “consumo de massa”, onde se teria a produção e o consumo de bens duráveis e serviços. Essa categorização do desenvolvimento demonstra claramente o caráter econômico dos primeiros postulados, não considerando outros aspectos importantes como os limites dos recursos naturais para o próprio crescimento econômico, as externalidades negativas do processo de exploração desses recursos, a necessidade de equidade na distribuição da riqueza gerada, as questões de ordem demográfica como concentração e crescimento da população e suas externalidades negativas, as diferenças culturais que são construídas nos diferentes modo de vida e nas interações com meio ambiente, as especificidades de cada ambiente como capacidade de suporte e resiliência, as aspirações de cada povo no transcorrer de sua constituição, a capacidade ecossistêmica limitada no planeta, entre tantos outros fatores hoje discutidos no processo de desenvolvimento. Cowen e Shenton (1996) demonstram que a invenção dessa ideia “moderna” de desenvolvimento surge nos países industrializados da Europa na primeira metade do século XIX. Esses países então invocam a tutela para poder de certa forma gerir os processos de desenvolvimento nos países considerados não desenvolvidos da África, da Ásia e depois na América Latina numa concepção de desenvolvimento como “doutrina”, principalmente através da política. Ao se colocarem como padrão a ser alcançado, passam a eliminar os processos endógenos de construção e afirmação do modo de vida e aspirações das demais culturas. Essa noção de desenvolvimento era entendida como meio e meta para ampliação das liberdades humanas e solução dos inúmeros problemas como a pobreza e a fome, o que logo se mostrou um “mito” como aponta Furtado (1964).

Para Cowen e Shenton (1996) nessa primeira fase do desenvolvimento a tutela do Estado era necessária para restabelecer a ordem social abalada pela concentração de riqueza e aumento da pobreza proporcionada pelo processo de acumulação desigual desencadeado pela industrialização que também movia a população do campo em direção a cidade, agravando ainda mais o problema. Com o tempo percebe-se que a noção de desenvolvimento atrelada a tutela do Estado e o nacionalismo não traz os efeitos desejados, fica cada vez mais evidente que o “progresso”, sinônimo de desenvolvimento econômico, é o causador não só das desigualdades, mas também da degradação do ambiente e do próprio homem.

Para Morin (1993) a solução para os problemas complexos das sociedades humanas não estão no pensamento técnico e econômico do ocidente burguês e nem nas concepções teóricas ou pratica dos partidos. Para o autor é preciso reformular e reestruturar o conceito de desenvolvimento, subordinando o crescimento e o desenvolvimento técnico científico, respectivamente ao desenvolvimento e ao desenvolvimento humano; é preciso que sejamos capazes de perceber e aproveitar as “sementes da solução” que se formam dentro das próprias transformações sociais, naquilo que Morin (1993) denomina de autodesenvolvimento, entendido como a possibilidade de construção a partir da conjunção de uma nova consciência e de inovações surgidas do próprio inconsciente do corpo social, fugindo do retrocesso, onde se sobressai a ordem rígida e uma desordem não criativa, onde se dissolvem as regras civilizatórias, numa referência a uma idade média planetária.

Imaginando então uma era pós desenvolvimento construída sob a negação da ideia de desenvolvimento construído em torno de um catálogo de “problemas” e “necessidades” como imagem representativas dos países ditos menos desenvolvidos e tendo como base a vinculação da cultura popular com lutas sociais e políticas e as questões da justiça social, é possível construir alternativas para o desenvolvimento.

Considerado dessa forma, o desenvolvimento poderia possibilitar a emergência de uma multiplicidade de grupos que se encarregariam da heterogeneidade multitemporal peculiar a cada setor nos diferentes países. Assim, em vez de eliminar as culturas o desenvolvimento permitiria não só sua sobrevivência, mas a possibilidade de um envolvimento transformador com a modernidade, através de outras formas de construir economias e lidar com necessidades básicas da cada país (ESCOBAR, 2005)

Portanto, a estratégia seria defender o desenvolvimento com base local integrado ao global; ampliando a capacidade de crítica da própria situação, dos valores e práticas como forma de esclarecer e fortalecer a identidade; e a oposição ao desenvolvimento modernizador e homogeneizador,

apostando na capacidade das culturas minoritárias em resistir e subverter a hegemonia do capitalismo e da modernidade. Portanto, a disputa para construção de um novo “desenvolvimento” está centrada no campo da cultura; com ênfase na sua autonomia e no direito de ser quem são para construção de seus próprios projetos de vida, sem perder de vista que é necessário construir alternativas sociais e econômicas que permitam eliminar a vulnerabilidade desses grupos ao ataque do modelo hegemônico.

Alguns desafios para esse processo são a superação do economicismo, o estabelecimento de um ajuste mais igualitário entre o valor do econômico, ecológico e social, um processo de regulação democrática das economias, redefinição do papel do estado, novas formas de parceria entre os atores sociais, colocar a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento social e uma reforma do sistema internacional como argumenta Sachs (1995).

Se considerarmos o local como “locus” ideal para construção do desenvolvimento, e a cultura como fator preponderante, então é preciso repensar o papel da agricultura no contexto do desenvolvimento.

Os produtores e suas organizações enfrentam hoje um conjunto de desafios provocados pelas mudanças sem precedentes no varejo moderno e concentrado do agronegócio. Sua capacidade de adaptação é influenciada por um conjunto complexo de fatores interativos e diversos, que inclui um amplo espectro de ativos de capital, tais como recursos humanos, sociais, organização, físicos e capital financeiro (SONJA et al., 2008). Qualquer intervenção do setor público, privado ou da sociedade organizada com o objetivo de aumentar a inclusão de pequenos produtores nas novas estruturas de mercado ou a criação de mercados alternativos exigirá uma compreensão aprofundada das tendências por trás dessa mudança.

Uma forma de construir estratégias que permitam superar as dificuldades enfrentadas pela maioria dos pequenos agricultores é pensar o local como o espaço das manifestações das relações de proximidade social, colaborando para a compreender como as interações sociais podem contribuir para formar um capital social como “ativo” capaz de fortalecer as bases para a eficiência da sociedade, impedindo a confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2007)

Nessa perspectiva o processo para construção do desenvolvimento local seria então uma combinação de mercado sem ideologia de mercado, capital humano e social, uma nova governança política oposta ao clientelismo e a construção de relações sociais mais solidas com base na reciprocidade e confiança, conforme sugerido por Putnam (2003).

A economia solidária na construção do desenvolvimento local

Um modelo de organização social com potencial para contribuição com os pressupostos de Putnam (2003) é sem dúvida a economia solidária. A economia solidária começa a ser difundida nas décadas de 1980 e principalmente na década seguinte, quando se acentua em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil, os efeitos do Neoliberalismo, principalmente as transformações nas relações sociais do mundo trabalho como precarização do trabalho formal e dificuldades de alocação da mão de obra, levando muitos trabalhadores a buscar a informalidade ou se organizar em cooperativas de trabalho e de produção, e associações de trabalhadores, onde a autogestão é um elemento central (LEITE, 2009).

Assim como naquele tempo, hoje sentimentos como a busca por uma maior qualidade de vida, formas de crescimento mais qualitativo, políticas que proporcionem a possibilidade de participação nas diferentes esferas da vida social, preocupações com a preservação do meio ambiente e o desejo de mudar as relações entre os sexos e as idades, contribuem para o avanço da economia solidária, não só como uma alternativa à crise do emprego, mas também como um desejo de “trabalhar de outra maneira” (LEITE, 2009).

Essas iniciativas apesar de promoverem a inclusão social e serem emancipatórias enfrentam inúmeras dificuldades de consolidação quase sempre devido a solidos e hegemonia das forças de mercado predominantes no sistema capitalista, mas também em alguns casos devido a insuficiência de capital social e humano. Sendo assim, não conseguem força suficiente para se consolidar como um projeto de transformação mais radical da sociedade.

Mesmo diante dessas dificuldades, a economia solidária pode ser uma ferramenta importante como forma de sociabilidade, onde setores mais vulneráveis da sociedade como por exemplos agricultores familiares que podem, em contextos específicos, ampliar suas possibilidades de produção, trabalho, inserção comercial e reprodução social.

O que permite a economia solidária fazer uma ponte entre produtores e mercado de forma menos lesiva aos produtores é sua razão econômica não centrada no lucro, mas sim no interesse coletivo, mesmo quando combina dinâmicas de iniciativas privadas como acontece nas cooperativas. Isso se dá devido ao fato de que na economia solidária ocorre a ampliação dos laços de reciprocidade, portanto, a produção de vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade e auxílio mútuo que amplia o capital social dos grupos envolvidos (LEITE, 2009). *Desta forma a economia solidária aponta para algo diferente do capitalismo, embora esteja nascendo no interior dele* (GADOTTI, 2009).

Outra característica importante da economia solidária reside na elaboração de formas de coordenação e de alocação de recursos alternativos à concorrência ou à regulamentação administrativa por meio de processos participativos em “espaços públicos de proximidade” que conduzem a uma construção conjunta da oferta e da demanda, ou seja, onde tanto os consumidores e produtores é que estabelecem o que vai ser produzido e comercializado (LEITE, 2009).

Por conta dessa construção participativa a economia solidária ajuda a ampliar os laços de cooperação, a confiança, a garantia de comercialização, ampliando assim, a racionalidade nos negócios, a diminuição das incertezas e a possibilidade de atitudes oportunistas contribui para diminuição dos custos de transação como veremos mais adiante.

Essa lógica mercantil da economia solidária colabora também para a ampliação das liberdades ao considerar nas relações de troca a ampliação e valorização das relações sociais, combinando a reciprocidade às lógicas redistributiva e de barganha, visando a reforçar a auto-organização da sociedade civil contribuindo assim para um processo de ampliação do capital social local, elemento fundamental na construção endógena do desenvolvimento.

Por fim, ao seguir a lógica de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social, somados a adoção de outros elementos fundamentais a sustentação dos diferentes empreendimentos, como qualificação técnica, produtividade, conquista de mercado e ampliação do capital, busca da racionalidade e otimização das potencialidades de cada trabalhador para o benefício de todos, a economia solidária reforça seu potencial como ferramenta de construção do Desenvolvimento Local (RUFINO, 2003).

Custos de transação

De forma oposta as teorias que buscavam construir desenvolvimentos alternativos ou alternativas para o desenvolvimento, as empresas sempre tem buscado nas teorias econômicas subsídios para sua evolução à medida que estas teorias também avançaram. Esse distanciamento entre as teorias econômicas e os estudos contemporâneos do desenvolvimento talvez tenha se dado pelo fato de que a maioria das teorias econômicas negligenciam completamente o papel atribuído à cooperação nos modelos econômicos, não considerando o poder das economias de escala, a confiança e a cooperação que coexistem com a competição e o estado de bem-estar social causado pelo aumento da eficiência de setores industriais regionais (CHANDLER, 1977 apud BALESTRIN & ARBAGE 2007).

No entanto a construção da sustentabilidade como modelo para o

desenvolvimento requer contemplar também a dimensão econômica, que junto com as dimensões sociais e ambientais formam o tripé da sustentabilidade, haja vista que sem viabilidade econômica não é possível manter as atividades produtivas nas unidades de produção e nem gerar dinâmicas econômicas a nível local, importantes por exemplo para atrair novos investimentos e gerar investimentos em infraestrutura.

Porém, para a construção de um processo de desenvolvimento mais equitativo e socialmente mais justo, é preciso enxergar o processo econômico de forma alternativa, onde as transações não são realizadas somente com base nos preços, mas também, das estruturas de governança como preconizado pela nova economia institucional. Quando considera atributos sociais como confiança, reciprocidade, participação, autogestão, equidade, bem-estar social e outros, nas transações comerciais a nova economia institucional possibilita uma compreensão mais ampla dos processos potencializando as possibilidades de adoção de medidas que diminuam os custos de transação (PERROW, 1992 apud BALESTRIN E ARBAGE 2007).

Custos de transação é uma visão micro analítica das transações e das relações sociais a nível das instituições de governança, através de relações contratuais, das disputas, gerenciamentos e dos acordos (SCHUBERT 2012). São os custos associados à administração do sistema econômico, caracterizam-se por ser aqueles que ocorrem ao se colocar em funcionamento o sistema econômico (ARROW, 1969 apud BALESTRIN e ARBAGE 2007).

Nesse processo podem ocorrer ações *ex-ante* que levam a incompletude contratual existente e a uma baixa compreensão e adesão ineficiente ao processo que acabam gerando problemas *ex-post* na manutenção e agenciamento dos contratos que influenciam os custos de transação.

As ações *ex-ante* estão relacionadas ao oportunismo, entendido como a busca do próprio interesse com dolo; racionalidade, entendida como a compreensão do processo. As ações *ex-post* se relacionam a incerteza, entendida como desconhecimento dos elementos relacionados ao ambiente econômico, institucional ou organizacional e comportamental; especificidade de ativos, entendido como necessidade de investimentos específicos ou gerais para as transações; e frequência das transações, principalmente quando se tem ativos específicos que precisam ser amortizados (SCHUBERT 2012).

Nesse trabalho pretendemos demonstrar com base em dados empíricos que a junção de economia solidária em uma rede de cooperação formada mesmo que por poucos parceiros como agricultores familiares, organização da sociedade civil organizada, consumidores e outras instituições a nível local, podem diminuir a “racionalidade limitada” do tomador de decisões, aumentar a

frequência das transações, amortizar a especificidade de ativos e diminuir as incertezas sobre o futuro, diminuir a possibilidade de um comportamento oportunista, diminuindo assim os custos de transação.

O contexto histórico do local de estudo

O trabalho foi realizado nos municípios de Alta Floresta e Carlinda que compõem com mais 17 municípios a região denominada portal da Amazônia no Norte do Mato Grosso. Esses municípios, estão na fronteira agrícola do Brasil central, numa transição entre cerrado e floresta amazônica, onde um processo de disputa pelo território entre a pecuária extensiva, o avanço das lavouras de soja e a preservação ambiental, em diferentes momentos criam situações de oportunidades de permanências e exclusão da agricultura familiar.

O processo de ocupação da Amazônia Legal pode ser dividido em quatro períodos distintos: inicialmente para a produção e exploração da borracha para atendimento do mercado internacional da indústria automobilística; num segundo momento pela intervenção do governo federal na forma de construção de estradas para integração da região aos mercados consumidores e por incentivos a migração; posteriormente por ações de planejamento territorial, infraestrutura e incentivo a indústria; e mais recentemente, por uma crescente conjugação de ações estatais, de menor intensidade, com empresas e agentes representantes de forças de mercado internas e externas, voltados para o desenvolvimento de atividades produtivas em grande escala, principalmente pecuária extensiva e do complexo agroindustrial da soja (ALVAREZ, 2016).

Um dos graves problemas implícitos nesse processo é o viés concentrador da posse da terra e a grande porção de terras sem titulação que é constantemente alvo de invasores que se utilizam de processos depredatórios na ocupação. Todo esse histórico de concentração de terras, apoio Estatal a “modernização” da produção agropecuária via políticas públicas como crédito, desenvolvimento tecnológico e processos de ocupação mal planejados, passaram a causar uma degradação intensa na região, assim como aconteceu em todos os biomas nacionais.

No Estado de Mato Grosso, algumas regiões como Médio-Norte, Região Oeste e a Região Sudeste, passaram a desenvolver sistemas produtivos em grande escala principalmente de soja, milho, algodão enquanto as demais regiões, menos favorecidas pelas condições edafoclimáticas, passaram a se especializar na produção de pecuária de corte, todas buscando atender as demandas de mercado, em franca expansão principalmente a partir da década de 1980 (IMEA, 2017).

No território denominado Portal da Amazônia no Norte do Mato Grosso (Região 2 da figura 1) formado pelos municípios de Carlinda, Apiacás, Alta

Floresta, Nova Monte Verde, Paranaíta, Nova Bandeirantes, Novo Mundo, Guarantã do Norte, Nova Canaã do Norte, Colíder, Terra Nova do Norte, Nova Santa Helena, Marcelândia, Peixoto de Azevedo, Matupá e Nova Guarita; houve uma grande migração de pequenos agricultores vindos principalmente da região Sul do País, atraídos pelos baixos preços da terra e pelas promessas de incentivos do governo federal para desenvolvimento de projetos com culturas perenes como café, cacau e guaraná, além de culturas anuais como arroz,

milho e feijão. Porém, por diversos motivos esses projetos fracassaram e depois de várias tentativas infrutíferas de novos projetos, o governo praticamente abandonou esses produtores a própria sorte. Muitos então deixaram o campo, principalmente os mais jovens, causando uma drástica redução das áreas de agricultura e uma expansão ainda maior de pastagens artificiais para a pecuária de corte e leite (ROBOREDO, 2014).

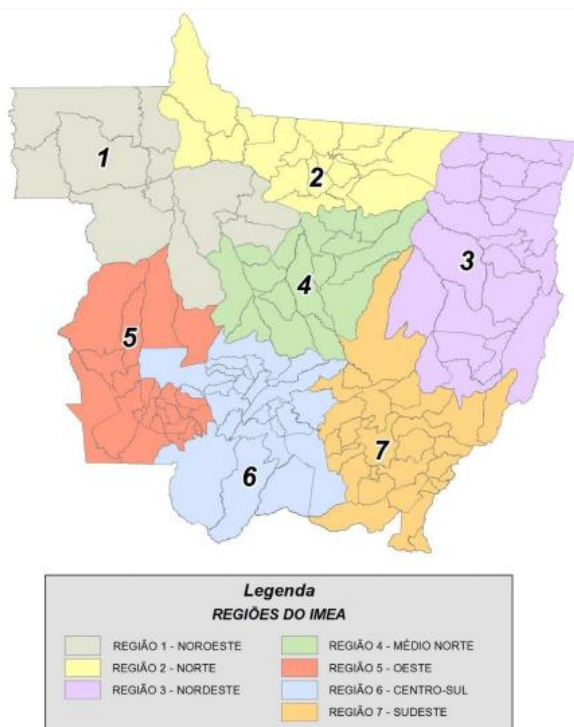


Figura 1. Mapa das macrorregiões do Estado de Mato Grosso
Fonte: IMEA, 2017.

No mesmo período, mais especificamente no final da década de 1970, começam a surgir intensos debates sobre o processo de ocupação da Amazônia, importantes movimentos como a renovação da sociedade civil; o surgimento do movimento ambientalista; a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e do Fórum Global, levaram a criação de instituições como o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e logo depois em 1993 é criado o Ministério de Meio Ambiente e começam a surgir importantes programas de financiamento para projetos de desenvolvimento sustentável na região (LITTLE, 2005).

Para Barbanti (2013) todo esse movimento, principalmente a partir da década de 1980, passa a promover as condições para o empoderamento dos movimentos sociais que reivindicavam processos de desenvolvimento mais sustentáveis, portanto que não tinham o crescimento econômico como objetivo principal, valorizando outros aspectos da vida no campo como saberes locais, cultura,

relações sociais, capacidade de gestão, conservação ambiental, entre outros; atribuindo ao estado novas e maiores responsabilidades, em um processo denominado de “descentralização democrática”.

Essa nova vertente do desenvolvimento rural unia a noção de sustentabilidade e erradicação da pobreza, que surgem por influência dos relatórios “The Limits of Growth” de 1972 e “Nosso Futuro Comum” de 1987, e preconizava a participação ativa dos sujeitos do território na construção e condução do processo, com a mediação de Organizações não governamentais (Ongs) com apoio das Organização das nações Unidas (BARBANTI, 2013).

Segundo Becker e Léna, (2002) esse processo chega de forma concreta a região Amazônica da década de 1990 com a implantação de Projetos Demonstrativos tipo A (PD/A), um sub-programa do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), que era uma parceria entre o G7 (Alemanha, Canadá, Estados

Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), a União Europeia e o Governo Brasileiro.

Esses esforços formalizados através de políticas públicas, financiaram diversos pequenos empreendimentos como base nos recursos culturais e naturais da região amazônica, e tinham como objetivos principais: a) sustentabilidade dos ecossistemas naturais, onde ainda existiam extensas áreas de floresta como na parte ocidental da Amazônia, implantando manejo florestal de baixo impacto, o extrativismo sustentável, o beneficiamento dos produtos da floresta e do ecoturismo; b) a sustentabilidade dos agrossistemas, principalmente em regiões como o portal da Amazônia ao sul, onde mais de 90% da vegetação natural já havia sido suprimida para implantação da agricultura, pecuária extensiva para corte, exploração da madeira e garimpos (BECKER E LÉNA, 2002).

O desafio desses projetos, principalmente nas regiões já antropizadas, era contribuir para que se revertere o processo de degradação, implantando sistemas agrícolas sustentáveis, fortalecer a produção de base familiar e a diversificação das atividades produtivas, principalmente com o uso de sistemas agroflorestais (SAFs), gestão dos recursos florestais remanescentes, beneficiamento de frutas regionais, apicultura, produção e comercialização de leite e derivados; contribuindo para o controle da expansão da pecuária bovina extensiva (BECKER E LÉNA, 2002).

Novo contexto do portal da Amazônia

Apesar dos esforços para o desenvolvimento de alternativas sustentáveis o crescimento econômico da região do portal da Amazônia tem se dado basicamente pela expansão da pecuária e mais recentemente pela agricultura, mas especificamente cultivo da soja. Nos últimos anos as lavouras de soja vêm crescendo de forma significativa em todo estado de Mato Grosso, porém em regiões de transição entre os biomas cerrado e Amazônica o crescimento tem sido bem mais intenso, demonstrando que a fronteira agrícola se desloca cada vez mais em direção a região norte. Entre os anos de 1988 e 2016 o cultivo da soja cresceu aproximadamente 8% ao ano em todo estado, porém, nos municípios de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta, no Portal da Amazônia os aumentos foram, respectivamente, de 313%, 462,50% e 525% somente entre os anos de 2013 e 2015 (IBGE, 2017).

Diante desse cenário, agricultores familiares do portal da Amazônia em parceria com diferentes organizações governamentais e não governamentais, vêm desenvolvendo estratégias que permitam sua reprodução social diante das externalidades negativas presentes no território.

Uma dessas instituições é IOV - Instituto Ouro Verde, uma organização não governamental, apoiada pelo Fundo Amazônia que trabalha a mais de 10 anos na região e desenvolve diferentes ações

que envolvem aproximadamente 1500 agricultores familiares da região com resultados positivos na organização, produção, comercialização e renda das famílias. Uma das ações do IOV, que será analisada no presente trabalho é a criação de canais curtos de comercialização da produção através do Sistema de Comercialização Solidária – SISCOS, um entreposto de recebimento e distribuição da produção, feiras livres, e apoio para acesso a políticas públicas voltadas a comercialização, especialmente PNAE e PAA (IOV, 2019).

Métodos

O trabalho foi realizado na região denominada de portal da Amazônia, mais especificamente em dos municípios Alta Floresta e Carlinda. A população que compôs a amostra são 21 agricultores, 71 consumidores e 1 técnico que participam do sistema de comercialização solidária via SISCOS com sede em Alta Floresta, apoiados pelo IOV-Instituto Ouro Verde (Figura 2). Os produtores estão em fase de transição para sistemas de produção sustentáveis com uso de hortas orgânicas e Sistemas agroflorestais e além do SISCOS, comercializam sua produção em feiras nos seus respectivos municípios.

O SISCOS é um entreposto de recebimento e distribuição dos produtos, localizado em Alta Floresta. Esse espaço ocupa a mesma área da associação dos artesões de Alta Floresta que tem um comodato de uso com a prefeitura municipal, o que contribui na diminuir as despesas e coloca o SISCOS em um local de maior visibilidade e contato com outras pessoas. O SISCOS funciona semanalmente, mas a coleta e distribuição da produção se dão em dias específicos. Durante os outros dias da semana são vendidos os excedentes da comercialização. Semanalmente é feito um levantamento da produção, os produtos com seus respectivos produtores, são então elencados em uma lista no site do SISCOS onde são escolhidos pelos consumidores via aplicativo (Figura 3). No início da semana técnicos do SISCOS, coletam esses produtos e organizam as cestas individualizadas com base nos pedidos, as cestas são então pagas e retiradas na quarta-feira na sede do SISCOS.

Para construção dos dados foi entrevistada uma amostra composta por 14 produtores, 26 consumidores e o técnico do SISCOS. Por se tratar de um número pequeno de produtores, consumidores e de apenas um técnico, mais de 70% dos participantes do sistema foram entrevistados, permitindo construir evidências empíricas suficientes para os objetivos da pesquisa.

Os métodos utilizados para construção dos dados foram a pesquisa bibliográfica e a entrevista estruturada com uso de questionário. Os questionários foram construídos utilizando-se a escala de Likert (Gil 2008) com frases

afirmativas de forma a permitir captar a percepção dos entrevistados sobre as relações sociais e forma de gestão adotadas pelo SISCOS e interpretá-las à luz dos pressupostos que interferem nos custos de transação: oportunismo,

racionalidade, incerteza, especificidade de ativos e frequência das transações.

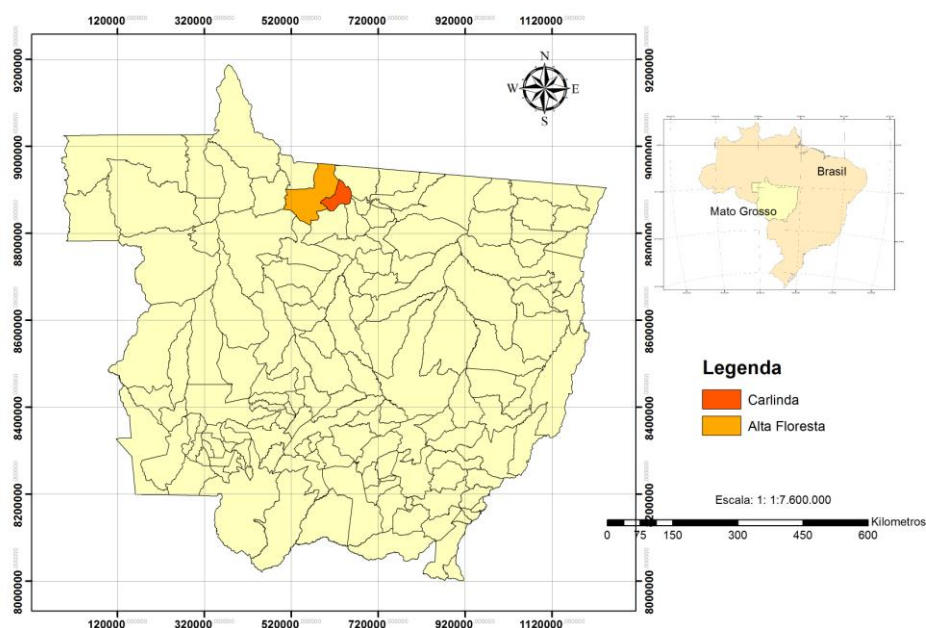


Figura 2. Mapa de localização da área de estudo.
Fonte: Laboratório de geoprocessamento (Gelpaisagem,2019).

As escalas foram enumeradas de 1 a 5, onde os valores menores que 3 são considerados como de pouca influência e maiores que 3 como influenciadores. O valor exatamente 3 seria considerado “indiferente”, ou sem influência.

Foram construídos dois questionários, um para os consumidores que foram enviados via formulário do Google Drive e um questionário para os produtores, cujas entrevistas foram realizadas nas propriedades. Ambas as consultas foram realizadas entre os dias 04 e 15 de novembro de 2019. Além dos questionários foi realizada, também via formulário do Google, uma entrevista com o técnico responsável pelo SISCOS para conhecimento do histórico e forma de funcionamento do sistema. Para analisar os itens da escala de Likert, os dados foram tabulados em planilha do Microsoft Excel, e utilizando-se o cálculo do Ranking Médio (RM) proposto por Oliveira (2005), onde para cada valor de 1 a 5 da escala é calculada a média ponderada e com base nela, o ranking médio para cada variável (Equação 1).

Equação 1. Cálculo do Ranking médio
$$\text{Ranking Médio (RM)} = \text{MP}/(\text{NS})$$

$$\text{Média Ponderada (MP)} = \sum (f_i \cdot V_i)$$

Onde:

f_i = frequência observada de cada resposta para cada item

V_i = valor de cada resposta

NS = nº de sujeitos

Resultados e discussão

Foram entrevistados 14 produtores cuja média de idade é de 42 anos e o tempo médio na propriedade é 24 anos. A grande maioria dos produtores são proprietários (71%), sendo que destes 57% compraram suas propriedades e apenas 29% são assentados pelo Programa de Reforma Agrária do INCRA.

A maioria dos produtores entrevistados exercem mais de uma atividade produtiva como cultivos anuais de milho e feijão, hortas orgânicas, pomares domésticos, SAFs, pecuária de corte, mas com predomínio de pecuária de leite. Dos entrevistados, 50% fizeram mudanças em seus sistemas produtivos para fazerem parte do SISCOS, isso porque o SISCOS é um sistema que só comercializa produtos de origem orgânica.

Para 43% dos produtores o sistema de comercialização solidária permite uma garantia de venda e melhoria na renda, 14% dos produtores

tem como motivação o consumo e oferta de produtos orgânicos e venda de excedentes. Apenas 7% dos produtores são motivados pela possibilidade de diminuição dos custos de produção, apoio a economia solidária e fortalecimento de redes de cooperação.

A maioria dos produtores que participam do SISCOS também participam de outras organizações sociais, 71% participam de associação de 43% de cooperativas de produção e grupos religiosos, 14% do sindicato de trabalhadores rurais e 7% de feiras livres em seus respectivos municípios.

Quanto ao processo de aprendizado na transição para sistemas mais sustentáveis de produção, 50% dos produtores atribuíram como fatores mais importantes a interação com outros agricultores e os cursos oferecidos por órgãos não governamentais e 36% aos órgãos governamentais, sendo o IOV- Instituto Ouro Verde o mais significativo para 57% dos entrevistados e o SENAR para 29%. Outras entidades como EMPAER – Empresa Mato-Grossense de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, UNEMAT-Universidade do Estado de Mato Grosso e ICV – Instituto Centro de Vida, aparecem respectivamente com 7%.

Foram entrevistados 26 consumidores. A grande maioria dos consumidores tem curso superior completo (88%) e renda média de R\$ 4.554,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais), sendo que deste 81% são mulheres e apenas 01 se dedica as tarefas domiciliares, os

demais tem as mais diversas formações, sendo que existe um pequeno predomínio de funcionários públicos (38%).

A grande maioria dos consumidores são casados (58%) e 42% são solteiros, as famílias tem em média 2,7 indivíduos e compram no SISCOS a aproximadamente 2,5 anos. A maior motivação para participar do sistema de comércio solidário do SISCOS segundo os consumidores é a qualidade dos produtos (69%), apoio à agricultura familiar (46%), apoiar iniciativas de produção sustentáveis (23%), consumo de produtos orgânicos (15%). A motivação pelo menor preço foi apontada por apenas 12% dos entrevistados e 8% atribuem sua motivação a facilidade de acesso aos produtos, e 4% dos consumidores apontaram outras motivações como localização, receitas fornecidas pelo SISCOS, variedade de produtos, apoio a produção local e apoio a economia solidária.

Ao analisar o Ranking Médio tendo como base todos os elementos que influenciam os custos de transação e principalmente o ranking médio do ambiente organizacional, entendido como o espaço das interações entre os agentes do processo de comercialização, fica evidente que a confiança, a possibilidade de participação democrática e liberdade são os fatores com maior destaque tanto para os produtores como para os consumidores. Esses elementos ajudam em parte a explicar a persistência do sistema que se iniciou em 2008, ou seja, a mais de 10 anos (Tabela 1 e 2).

Tabela 1. Ranking Médio das respostas dos produtores quanto ao ambiente organizacional.

Ambiente organizacional	RM
Confio nas informações fornecidas pelo SISCOS	4,14
Todos os produtores são tratados de mesma forma no SISCOS	3,79
Todos os produtores participam das decisões no SISCOS	3,50
Com relação a minha interação com outros produtores, me sinto isolado no SISCOS.	2,42
Me sinto pressionado a continuar participando do SISCOS	1,79

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Tabela 2. Ranking médio das respostas dos consumidores quanto ao ambiente organizacional.

Ambiente organizacional	RM
Encontro no SISCOS todos os produtos que gosto	3,58
Sempre sou consultado sobre o serviço prestado pelo SISCOS	3,46
Escolho meus produtos de acordo com o produtor	2,35
Me sinto pressionado a continuar comprando no SISCOS	1,33

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Quando somamos a esses fatores o fato de que 50% dos produtores atribuem sua evolução nos processos de produção sustentáveis ao seu aprendizado nas interações com outros

agricultores e as capacitações realizadas por organizações não governamentais e órgãos públicos fica evidente que este tipo de iniciativa cria um ambiente de aprendizado, aproximando os

produtores e criando sinergias positivas que contribuem para ampliação da compreensão de todo o processo.

Um elemento que exerce particular influência nos custos de transação é especificidade de ativos, segundo Balestrin e Arbage (2007), a especificidade dos ativos é geralmente fonte de atritos, pois remete a maior ou menor possibilidade de utilização alternativa de um ativo e tem relação direta com os custos envolvidos no processo de produção, ou seja, quanto maior a especificidade de um ativo, menores as suas possibilidades de utilização alternativa, além de exigirem investimentos de propósitos gerais ou específicos, de forma que as transações que exigem investimentos específicos implicam custos de transação maiores, exatamente pelo fato de que sua reutilização não ocorre de forma automática e sem perdas.

No caso do sistema de comercialização analisado, os produtos aceitos são somente aqueles de produção orgânica. Portanto, os produtores devem seguir os princípios de transição agroecológica: redução do uso de insumos externos; substituição de insumos químico-sintéticos por insumos orgânicos e práticas alternativas; fazerem o redesenho dos agroecossistemas com aumento expressivo da biodiversidade e por fim o estabelecimento de

uma relação mais direta entre todos os componentes do sistema agroalimentar (GLIESSMAN, 2005).

Por conta dessa exigência, alguns produtores tiveram que destinar áreas específicas da propriedade para a produção e em alguns casos adquirir novos conhecimentos para produção e em alguns casos tem feito investimento em verticalização da produção (Tabela 3).

Como visto, muitos produtores passaram a investir na produção de processados como queijos, farinha, doces e embutidos, que exigem cuidados especiais de processamento, embalagem e conservação, agregando valor à produção, mas ao mesmo tempo aumentando os custos de produção e consequentemente o preço. Esse investimento na especificidade de ativos acarreta maior possibilidade de insucesso de venda e perda, no caso estudado parece ser um problema pois os consumidores parecem não responder bem a essa ampliação da especificidade dos ativos (Tabela 4). No entanto o técnico responsável pelo SISCOS informou na entrevista que: *“Determinados consumidores compram toda semana produtos ofertados por agricultores que ele confia e gosta.* (informação fornecida pelo técnico do SISCOS, 2019).

Tabela 3. Ranque médio das respostas dos produtores quanto a especificidade de ativos.

Especificidade de ativos	RM
Comercializo pelo menos um produto processado no SISCOS semanalmente	4,71
Tenho área na propriedade que se destina especificamente a produção para o SISCOS	3,33
Tive que adquirir novos conhecimentos que servem somente para a produção do SISCOS	3,14
Tenho equipamentos que só uso para produção de determinado produto para o SISCOS	3,00
Todo meu trabalho é focado para a produção que comercializo no SISCOS	2,42

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Tabela 4. Ranque médio das respostas dos produtores quanto a especificidade de ativos.

Especificidade de ativos	RM
Alguns produtos que consumo semanalmente só compro no SISCOS	3,56
Compro pelo menos um produto processado no SISCOS semanalmente	3,04

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Pode-se afirmar nesse caso que as ações dos produtores ao estabelecer maior especificidade dos ativos produzidos, tem resposta satisfatória dos consumidores quanto ao fato de se tratar de produção de orgânicos, o fato de serem produtos da agricultura familiar e oriundos de sistemas sustentáveis de produção, maiores investimentos em especificidade de ativos como agregação de valor parecem não ser recomendável por aumentarem as incertezas quanto a comercialização e consequentemente aumentarem os custos de transação.

Outro fato que demonstra a necessidade de alguns cuidados para evitar aumento nos custos de transação é a falta de ajuste entre as motivações de oferta e demanda demonstrada na frequência das transações.

Percebemos na tabela 5 que os produtores estão muito mais compromissados em manter a oferta de produtos do que os consumidores em manter o compromisso de compra, apesar de sinalizarem um desejo de ampliar suas compras no SISCOS (tabela 6).

Tabela 5. Ranking médio das respostas dos produtores quanto a frequência das transações.

Frequência das transações	RM
Tenho a preocupação de não deixar faltar produto no SISCOS	4,64
Comercializo meus produtos toda semana no SISCOS	4,00
Tenho consumidores fiéis a pelo menos um produto que comercializo no SISCOS	4,00

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Tabela 6. Ranque médio das respostas dos consumidores quanto a frequência das transações

Frequência das transações	RM
Penso em ampliar minhas compras no SISCOS	4,12
Tenho a preocupação de comprar toda semana no SISCOS	2,54

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Aparentemente a qualidade dos produtos ofertados, mesmo sendo apontada como a maior motivação, não é suficiente para atrair de forma significativa os consumidores, talvez porque possam encontrar produtos similares em outros pontos da cidade. Podemos supor que as outras motivações como apoio à agricultura familiar, produção sustentável, consumo de produtos orgânicos, e em menor proporção o preço tem mantido a frequência das transações. Essa suposição se reforça com a resposta do técnico do SISCOS, quando perguntado como o SISCOS consegue manter a frequência das transações? *“Devido a fidelidade de alguns consumidores por entenderem a importância de se valorizar a economia solidária e a agricultura familiar local, ou seja, por entenderem qual é a missão do SISCOS (informação fornecida pelo técnico do SISCOS, 2019).*

Essa maior consciência da importância desse tipo de comercialização solidária, talvez se deva ao fato de que a grande maioria dos consumidores tem curso superior completo e

renda média elevada, no entanto deveria ascender um sinal de alerta para os membros do sistema, pois uma baixa frequência nas transações podem aumentar significativamente os custos de transação, principalmente quando se tem elevada especificidade de ativos como nesse caso.

Na tabela 7 e 8 são apresentados os rankings médios dos elementos que ajudam a analisar o ambiente de incertezas do sistema. Os maiores ranking médio na tabela 7 e 8 referentes as respostas dos produtores e consumidores, demonstram que existe um ambiente de elevada confiança entre os agentes que realizam as transações tanto no que se refere a comercialização como no fluxo de informações, isso torna o ambiente mais estável por ampliar o conhecimento dos agentes que exercem algum tipo de influência na gestão dos negócios acerca dos elementos relacionados ao ambiente econômico e comportamental diminuindo as incertezas e consequentemente os custos de transação (BALESTRIN, ALSONES; ARBAGE, 2007)

Tabela 7. Ranque médio das respostas dos produtores quanto as incertezas.

Incerteza	RM
Confio que o consumidor vai retirar meus produtos	4,21
Confio nas informações prestadas pelo SISCOS	4,14
Confio no SISCOS para comercialização dos meus produtos	3,92
Posso comercializar meus produtos de outra forma, mas prefiro fazer no SISCOS	3,71
Já perdi produto por não retirada do consumidor	2,35
Com frequência consumidores deixam de retirar os produtos	1,92

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Tabela 8. Ranque médio das respostas dos consumidores quanto as incertezas

Incerteza	RM
Confio na qualidade dos produtos que compro no SISCOS	4,69
Confio nas informações prestadas pelo SISCOS	4,62
Minha cesta nunca veio faltando produto	3,50
O SISCOS já deixou de me entregar o pedido que fiz	2,30
Já deixei de retirar produtos no SISCOS	1,81

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Como demonstrado na tabela 9, existe também um compromisso moral entre as partes, estabelecido na concordância e comprometimento com as regras de funcionamento do SISCOS que também contribuem para diminuir as incertezas e de certa forma os comportamentos oportunistas (SCHUBERT, 2012)

Mensalmente ocorrem reuniões para realização de planejamento, avaliação e acompanhamento de ações. Também é um espaço de integração entre produtores e consumidores, voltados ao funcionamento do sistema. Dentre os assuntos discutidos estão: custos de produção, formação de preços, avaliação de preços, qualidade dos produtos, planejamento de atividades, formação, entre outros. (informação fornecida pelo técnico do SISCOS, 2019).

Com relação ao oportunismo, “entendido como o padrão de orientação que o indivíduo estabelece para a busca do seu próprio interesse e que termina por refletir-se no padrão de relacionamento estabelecido entre os agentes econômicos” (BALESTRIN, ALSONES; ARBAGE, 2007). É importante salientar o papel do SISCOS como instituição; que por sua ação reforça o acordo moral entre as partes e torna possível o “mercado” funcionar por meio das regras do jogo que governam o comportamento individual e

coletivo em diferentes escalas, tornando possível a manutenção do “contrato”, proteção dos direitos dos produtores e consumidores, criando incentivos para novos investimentos e garantindo uma concorrência justa entre os produtores e a frequência das transações, contribuindo para diminuição do oportunismo e consequentemente dos custos de transação (SONJA et al., 2008).

Por fim, mas não menos importante os dados das tabelas 11 e 12 nos permitem afirmar que existe no sistema elementos que colaboram para que a racionalidade seja elevada. Tanto os produtores quanto os consumidores estão satisfeitos com o SISCOS, entendem bem as regras de funcionamento e alegaram que as informações recebidas são suficientes para suas decisões. Para os produtores as capacitações, as interações e possibilidade de tomada de descrições conjuntas com outros produtores são apontadas como mais relevantes para sua permanência no SISCOS, mesmo a maioria não estando satisfeita com a renda. Isso demonstra entendimento e obediência as regras, que pressupõe nesse tipo de associação um auto interesse fraco, ou um coletivismo guiado pela imposição de objetivos macro, os quais reduzem os riscos de manipulação ou oportunismo (SCHUBERT, 2012).

Tabela 9. Ranque médio das respostas dos produtores quanto ao Oportunismo

Oportunismo	RM
Existem regras no SISCOS que não podem ser quebradas	4,29
Procuro colocar no SISCOS mais produtos que outros produtores	2,23
Se meus produtos tiverem maior procura posso aumentar os preços	2,14
Nas reuniões sempre defendo meus interesses, mesmo que prejudique outros membros do SISCOS	1,43

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Tabela 10. Ranque médio das respostas dos consumidores quanto ao Oportunismo

Oportunismo	RM
Só compro no SISCOS aquilo que é mais barato que em outros lugares	1,96
Se encontrar um produto mais barato em outro lugar não retiro no SISCOS mesmo tendo feito pedido.	1,35

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Tabela 11. Ranque médio das respostas dos produtores quanto a racionalidade.

Racionalidade	RM
As informações que recebo do SISCOS são suficientes para minhas decisões	3,78
Estou satisfeito com o sistema do SISCOS	3,78
Os cursos que o SISCOS oferece me ajudaram na comercialização	3,78
Minhas decisões no SISCOS são baseadas na opinião da maioria	3,71
Os cursos que o SISCOS oferece me ajudaram na produção	3,64
Existe troca de informação e colaboração entre os agricultores que fazem parte do SISCOS	3,64
Penso em ampliar minha produção para comercializar no SISCOS	3,50
Estou satisfeito com a renda que tenho no SISCOS	2,92

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Tabela 12. Ranque médio das respostas dos consumidores quanto a Racionalidade

Racionalidade	RM
Estou satisfeito com as compras que faço no SISCOS	4,50
Estou satisfeito com o sistema do SISCOS	4,27
Entendo bem como funciona o SISCOS	4,15
As informações que recebo do SISCOS são suficientes para minhas decisões	3,96

Fonte: Questionários de entrevista 2019.

Considerações finais

O SISCOS pode ser considerado como uma rede horizontal ou rede de cooperação, nesse caso, os produtores que fazem parte do sistema mesmo guardando cada um sua independência e optando por desenvolver atividades específicas e concorrentes entre si, de maneira conjunta, ajudam a atingir objetivos comuns, ou seja, colaborando na concentração de esforços sem privar a liberdade de ação estratégica de seus membros.

Esse modelo de gestão participativa e a garantia de mercado proporcionado pelo SISCOS, assim como as capacitações para a produção e para a comercialização colaboram para diminuir a racionalidade orgânica, muitas vezes predominantes na agricultura familiar mais descapitalizada, ampliando assim a racionalidade.

O sistema de compra via aplicativo com base em acordos claros de comercialização, assim como o bom fluxo de informações, a confiança mútua e o comprometimento tanto dos compradores como dos produtores, ajudam a diminuir as incertezas, pois todos os agentes do sistema têm amplo conhecimento dos elementos relacionados ao ambiente econômico, organizacional e comportamental, que exercem algum tipo de influência na gestão dos negócios.

Por fim, a frequência das transações permite que os agricultores consigam amortizar os investimentos na especificidade de ativos, nesse caso produtos orgânicos.

Podemos considerar que todos os fatores presentes no SISCOS contribuem não só para amenizar os custos de transação, mas sinalizam a possibilidade de um modo diferente de mercado, pautado na confiança, na reciprocidade e no comprometimento com elementos mais altruístas e menos de interesse pessoal e material. Desta forma ajudando a pensar que podemos construir formas alternativas ou alternativas ao desenvolvimento hegemônico centrado no crescimento econômico, apostando nas potencialidades locais e em sistemas de produção mais sustentáveis para fazer avançar as sociedades humanas.

Referências

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Ortega, A.C.; Almeida Filho, N.(Orgs.). 2007. Pg.19-38.

ALVAREZ, D.G.F. Avaliação da efetividade do Fundo Amazônia na recuperação na recuperação do desmatamento na Amazônia legal, no período de 2008 A 2016. (Monografia de graduação). Seropédica, RJ junho -JUNHO 2016. Disponível em:<<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/3106/1/monografia%20Desire%c3%a9Alvarez%202010030093.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

BALESTRIN, A; ARBAGE, A.P. A perspectiva dos custos de transação na formação de redes de cooperação. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, jan./jul. 2007. Disponível em:<https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482007000100007.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

BARBANTI, O. From Peasants to 'Project Beneficiaries': The Case of the Brazilian Amazon PPG7 Demonstration Projects. Agrarian South: Journal of Political Economy 2013.Disponível em:<<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2277976013477182>>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

BECKER, B.K.; LÉNA, F. Pequenos Empreendimentos Alternativos na Amazônia. In: Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. UFRJ. Setembro de 2002. Disponível em:<<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20Bertha-Philippe.PDF>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

COWEN, M. P., & SHENTON, R.W. Doctrines of Development. London and Canada: Routledge.1996.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización., n. 2005, p. 17–31, 2005.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1974, pg 1-89.

GADOTTI, M. Economia Solidária como práxis pedagógica. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009. Disponível em: ><http://projetos.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7>

891/515/1/FIPF_2009_EDL_01_005.pdf>. Acesso em: 18 outubro de 2019.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo agropecuário 2006. Disponível em:<
https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm. Acesso em: 01 de maio de 2018.

IMEA – Instituto mato-grossense de economia agropecuária. Mapa de economia agropecuária das macrorregiões do IMAE 2017. Disponível em :>
<http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/justificativamapa.pdf>. Acesso: 01 julho de 2019.

IOV – Instituto Ouro Verde. Disponível em: <
<http://www.iov.org.br>>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

LITTLE, P.E. Projetos demonstrativos - PDA: sua influência na construção do Proambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 63p. Disponível em:<
https://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009111629.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

LEITE, M.P. A economia solidária e o trabalho associativo. Teorias e realidades. RBCS Vol. 24. fevereiro de 2009. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n69/03.pdf>>. Acesso em: 16 de outubro de 2019.

MORIN, E. O pensamento socialista em ruínas – o que se pode esperar? In: Morin, E.; Baudrillard, J.; Maffesoli, M. A decadência do futuro e a construção do presente. 1993. Florianópolis. Ed. da UFSC.

OLIVEIRA, L. H. Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert. Notas de Aula. Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração. Mestrado em Adm. e Desenvolvimento Organizacional. PPGA CNEC/FACECA: Varginha, 2005. Disponível em:>
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rLMKygilOZQJ:www.feis.unesp.br/Home/DTA/DM/STDARH/EquipedeDesenvolvimento/educacaos/audedocumentos/pesquisa/estatistica/media%2520por%2520Likert.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV. Capítulo 6: Capital social e desempenho institucional. Dilemas da ação coletiva. 2003. p. 173-194.

ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1961.

ROBOREDO, D. Percepção e lógicas dos agricultores no processo de recuperação da microbacia hidrográfica Mariana, no município de Alta Floresta/MT, 2014. 424 f. Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento sustentável) Faculdade de engenharia agrícola, Universidade de Campinas, 2014.

RUFINO, S. Redes de Cooperação Solidárias na contribuição do desenvolvimento local: A Economia Solidária em questão. XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003. Disponível em:>
http://base.socioeco.org/docs/enegep2003_tr0706_0590.pdf>. ACESSO EM 18 DE 10DE 2019.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de Desenvolvimento. Estudos avançados, 1995 Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a04.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2019.

SONJA et al. Chain-Wide Learning for Inclusive Agrifood Market Development A guide to multi-stakeholder processes for linking small-scale producers to modern markets. [s.l: s.n.].

SCHUBERT, M. N. Análise dos custos de transação nas cooperativas de produção de leite no oeste de Santa Catarina. [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SILVA, G.B. BOTELHO, M.I.V. O Processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). Campo-território. Revista de geografia agrária, v. 9, N. 17, p. 362-387, ABR., 2014. DISPONÍVEL EM:<
<file:///D:/Usuários/Downloads/23084-Texto%20do%20artigo-103393-1-10-20140506.pdf>>. ACESSO EM: 24 DE AGOSTO DE 2019.